



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CIVIL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 201954000273	Distribuição: 12/02/2019
Número Único: 0000999-93.2019.8.25.0040	Competência: 1ª Vara Cível de Lagarto
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

Dados das Partes

Requerente: LUCIENE DA CONCEIÇÃO SANTOS
Endereço: RUA PISTA DO LUIS FREIRE
Complemento:
Bairro: POVOADO AÇUZINHO
Cidade: LAGARTO - Estado: SE - CEP: 49400000
Advogado(a): MARCUS VINÍCIUS DALENCAR MENDONÇA 3711/SE
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Endereço: RUA DA ASSEMBLEIA
Complemento: 23º ANDAR
Bairro: CENTRO
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20011904



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201954000273

DATA:

12/02/2019

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201954000273, referente ao protocolo nº 20190212110202107, do dia 12/02/2019, às 11h02min, denominado Procedimento Comum, de Invalidez.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA __VARA
CÍVEL DA COMARCA DE LAGARTO/SE**

LUCIENE DA CONCIECAO SANTOS, brasileira, divorciada, lavradora, portadora do R.G. nº 14664755 SSP/SE, inscrita no CPF nº 587.816.845-68, residente e domiciliada na rua pista do Luis Freire, nº 997, povoado açuzinho, Lagarto/SE, CEP: 49.400-000, por seu advogado e bastante procurador, com endereço para intimações na Av. Edézio Vieira de Melo, 468, Suíssa, Aracaju/SE, CEP 49050-240, vem, mui respeitosamente à presença de V. Ex^a. propor

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO –DPVAT

em face da empresa **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, companhia de seguros, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, situada na Rua DA ASSEMBLEIA, nº 100, 26º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.011-904, aduzindo os motivos de fato e de direito a seguir delineados.

DA JUSTIÇA GRATUITA

A Requerente não dispõem de condições de arcar com as despesas processuais sem que isso acarrete graves prejuízos à própria sobrevivência, de forma que o mesmo se enquadra no conceito de necessitado, constante do art. 2º, parágrafo único da lei nº 1.060/50, o qual expressa o seguinte:

Art. 2º. Gozarão dos benefícios desta Lei os nacionais ou estrangeiros residentes no país, que necessitarem recorrer à Justiça penal, civil, militar ou do trabalho.

Parágrafo único. - Considera-se necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as

custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

Vale ressaltar que a Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, LXXIV, prevê a justiça gratuita para os necessitados, quando disciplina:

Art. 5º -(...) LXXIV - O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

É que o Demandante é lavradora, vivendo com algo em torno de 01 salário mínimo, não se encontrando em condições de arcar com as despesas processuais, sem que isso comprometa seu sustento e o de sua família.

Nesse contexto, deve-se lembrar que a miserabilidade, no sentido jurídico, não é sinônimo de mendicância, mas de impossibilidade de recorrer às vias judiciais sem sacrifício da própria sobrevivência, tal como ocorre no caso subexamine.

Ante o exposto, deve o presente pedido ser deferido, com fulcro na lei nº 1.060/50 e com amparo no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal de 1988.

1. DOS FATOS

No dia 04/04/2017, a Requerente sofreu um acidente automobilístico, enquanto era conduzida na garupa de uma motocicleta conduzida pelo seu companheiro o Sr. Jailson Ferreira dos Santos.

A dinâmica do acidente foi a seguinte, a Requerente era conduzida na garupa de uma motocicleta de placa policial IAL 9582, por seu companheiro - proprietário do veículo em comento - quando o condutor acessou a rodovia Antônio Martins de Menezes, veio a colidir na traseira de outro veículo.

Em virtude da colisão, a Requerente foi arremessada ao chão, vindo a sofrer várias lesões por conta do acidente.

A Demandante foi conduzida até o Hospital Regional de Lagarto, onde foi atendida, sendo diagnosticada com FRATURA DO TORNOZELO DIREITO, ARTICULAR, COM LUXAÇÃO TIBIO FIBULAR, CID10-S82.8, DESARRANJO INTERNO DO TORNOZELO DIREITO COM LESÃO DO TÍBIO POSTERIOR CID10-S86.1.

Ainda segundo os diagnósticos, conforme documentos em anexo, houve agravamento das lesões, tendo a Requerente sofrido as seguintes sequelas: RIGIDEZ DO TORNOZELO DIREITO, FALSEIOS FREQUENTES DO TORNOZELO POR CICATRIZAÇÃO FIBROSA DOS LIGAMENTOS E CAPSULA, SINOVITE CRÔNICA RESIDUAL COM DERRAMENS PERÍODICOS, ASROSE GRAVE POSTRAUMÁTICA PROGRESSIVA EDEMA CRÔNICA RESIDUAL, MARCHA DIFICULTADA E ESTAÇÃO BÍPEDE PROLONGADA, ATROFIA MUSCULAR DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO COM PERDA DE FORÇA.

Os Diagnósticos também concluíram que as lesões sofridas pela Requerente, em razão do acidente automobilístico em comento, são definitivas.

Como se constata Excelência, o acidente automobilístico sofrido pela Requerente lhe deixou sequelas permanentes e incapacitantes, conforme concluiu o laudo médico em anexo.

Diante disso, a Demandante pleiteou junto à Requerida a indenização do seguro DPVAT, na modalidade Invalidez Permanente, na forma do Art. 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, com redação dada pela Lei nº 11.482/2007, dispositivo que fixa a referida indenização no valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), tendo em vista a incapacidade permanente adquirida por acidente automobilístico.

Apenas a título ilustrativo, cabe aludir que se considera invalidez a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando resulta de um acidente causado por veículo e é permanente, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável. A invalidez é considerada permanentemente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte. Definição esta que se encontra no próprio site da requerida.

Ocorre que a Requerida negou a indenização requerida pela Demandante, sob o argumento de que não houve sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em 04/04/2017.

Ora Excelência, contrariamente a negativa proferida pela Demandada, a Requerente dispõe de laudo médico atestando as sequelas permanentes e incapacitantes, decorrentes do acidente em comento.

Diante de tais fatos e da comprovação da invalidez, a via judicial se faz necessário, para que ao final Vossa Excelência determine que a seguradora pague a indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT no grau a ser apurado em perícia judicial.

2. DO DIREITO

O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

As indenizações do DPVAT são obrigatórias porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro.

Sendo assim, a Autora tem sua pretensão respaldada na referida lei que regula o pagamento das indenizações decorrentes de seguro obrigatório.

Tendo em vista as previsões da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), a Autora faz jus à indenização financeira pelas seqüelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II, in verbis:



D'ALENCAR
ADVOCACIA

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Ilustrativamente, cabe aludir que se considera invalidez a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando resulta de um acidente causado por veículo e é permanente, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável. A invalidez é considerada permanentemente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte.

A parte autora, através de seu procurador, munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação supramencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que acometem e o registro de ocorrência no órgão policial competente, estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso).

Assim, instruído com os documentos hábeis à sua pretensão, têm a Requerente direito à indenização justa equânime.

Veja Excelência, a parte autora cumpriu o determinado pelo artigo 373, I do Código de Processo Civil, pois junta documentos comprovando suas alegações (BOLETIM DE OCORRÊNCIA, conforme art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), além da documentação médica hospitalar), portanto, meras alegações da seguradora alegando o contrário, não podem ser admitidas.

É dever da Seguradora Requerida, cumprir com o determinado pelo art. 333, II do CPC, que diz que ao réu incumbe o ônus da prova, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

A jurisprudência deste tribunal assim tem se posicionado:

Ementa

Constitucional, Civil e Processual Civil. Apelação cível. Seguro obrigatório. DPVAT. Invalidez parcial permanente em graus variados. Aplicação do valor da indenização nos termos da nova redação do prevista no art. 3º, 'a', da Lei nº 6.194/74 conferido pela Lei nº 11.482/2007. Irretroatividade da lei. Princípio do tempus regit actum. Evento danoso ocorrido sob a égide da lei 11.482/07 e lei nº 11.945/2009. Previsão de pagamento indenizatório de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) em casos de invalidez permanente e morte. Graduação da invalidez. Valor da indenização que deve ser proporcional ao percentual apurado pelo laudo. Juros de mora incidentes desde a citação – Súmula nº 426, do STJ – Termo inicial da correção monetária a partir do pagamento administrativo feito a menor – Precedentes jurisprudenciais – Reforma pontual recurso da parte requerida- Recurso conhecido e provido parcialmente. - Em se tratando de indenização de seguro obrigatório DPVAT, deve ser aplicada a lei em vigor na data do sinistro. Verificando que o acidente em tela ocorreu em 31/10/2010, aplica-se ao presente caso o



D'ALENCAR
ADVOCACIA

estabelecido no art. 3º, I da Lei nº 6.194/74, com a redação dada pela Lei nº 11.482/2007, a qual estabeleceu o valor limite de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para o caso de invalidez permanente, conforme previsão do art. 8º da referida legislação, cuja constitucionalidade deve ser reconhecida; - Nos acidentes ocorridos após a edição da MP nº 451, convertida na Lei nº 11.945/2009, a indenização decorrente do Seguro DPVAT depende da verificação da invalidez permanente e sua quantificação. Apurado o grau ou percentual da invalidez permanente pelo laudo, nos termos da tabela prevista na Lei nº 11.945/2009, esse será o percentual a incidir sobre o valor máximo previsto, para o cálculo do valor efetivamente devido, considerando as lesões aferidas de forma proporcional, justificando a redução do quantum indenizatório, nos moldes que restaram adimplidos pela Seguradora Apelante. -Súmula nº 426/STJ: “Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”No que tange à correção monetária, a jurisprudência tem entendido que tal atualização deve incidir a partir do pagamento administrativo feito a menor. (Apelação Cível nº 201800734864 nº único0035771-44.2015.8.25.0001 - 1ª CÂMARA CÍVEL, Tribunal de Justiça de Sergipe - Relator(a): Elvira Maria de Almeida Silva - Julgado em 04/02/2019)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT - LESÃO PERMANENTE - SINISTRO OCORRIDO EM 07/08/09- LEI 11.945/09 - COMPROVAÇÃO - DIREITO AO PAGAMENTO NO VALOR INTEGRAL DO PRÊMIO - INDENIZAÇÃO NO PERCENTUAL DE 100% DO SEGURO - 1 - Demonstrada a invalidez permanente, é devida a indenização do seguro DPVAT, aplicando-se a Lei 11.945/2009 à época dos fatos. Em obediência ao princípio do tempus regit actum, a concessão da



D'ALENCAR
ADVOCACIA

indenização do seguro DPVAT está atrelada aos requisitos previstos na legislação de regência, vigente no momento do acidente automobilístico. 2 - Se o evento ocorreu em agosto de 2009, aplica-se a Lei 11.482/2007, que alterou a limitação máxima de quarenta salários mínimos para o quantum determinado de R\$13.500,00, para cobertura de morte e invalidez permanente, bem como a Medida Provisória 451/2008, posteriormente convertida na Lei p. 8 11.945/2009, que alterou o artigo 3º, da Lei 6.194/7 e instituiu tabela graduando os "percentuais de perda", decorrentes de cada dano corporal e sua repercussão ao patrimônio físico da vítima. 3 - A indenização é devida em 100% no caso de "lesões de órgão e estruturas crânofaciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retroperitoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital". (TJ-MG - AC: 10024122519069001 MG , Relator: Newton Teixeira Carvalho, Data de Julgamento: 05/09/2013, Câmaras Cíveis / 13ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 13/09/2013)

Assim, conclui-se que é suficiente, portanto, a apresentação do laudo médico e o registro da ocorrência no órgão policial, para o devido pagamento da indenização, sendo abusiva qualquer outra exigência fora dos itens supracitados.

Portanto, cumpre a parte autora com o determinado por lei e embasado na jurisprudência, para fazer jus ao reconhecimento do direito a indenização, bem como ao recebimento da mesma, o que desde já requer.

3. DA CORREÇÃO DOS VALORES

A parte Autora vem ainda requerer que a correção monetária dos valores perseguidos se dê a partir da data do evento danoso conforme já decidiu o STJ e o STF em caso que envolve indenizações do seguro DPVAT:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. CIVIL. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TERMO 'A QUO'. DATA DO EVENTO DANOSO. ART. 543-C DO CPC. 1. Polêmica em torno da forma de atualização monetária das indenizações previstas no art. 3º da Lei 6.194/74, com redação dada pela Medida Provisória n. 340/2006, convertida na Lei 11.482/07, em face da omissão legislativa acerca da incidência de correção monetária. 2. Controvérsia em torno da existência de omissão legislativa ou de silêncio eloquente da lei. 3. Manifestação expressa do STF, ao analisar a ausência de menção ao direito de correção monetária no art. 3º da Lei nº 6.194/74, com a redação da Lei nº 11.482/2007, no sentido da inexistência de inconstitucionalidade por omissão (ADI 4.350/DF). 4. Para os fins do art. 543-C do CPC: A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso. 5. Aplicação da tese ao caso concreto para estabelecer como termo inicial da correção monetária a data do evento danoso. 6. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (REsp 1483620/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/05/2015, DJe 02/06/2015) (grifo)

DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, com fulcro nos dispositivos legais supramencionados, documentação acostada e tudo mais que dos autos consta, requer o autor:



D'ALENCAR
ADVOCACIA

- A) A concessão do benefício de gratuidade de justiça, com escoras no art. 5º, LXXIV, da CF, art. 2º, parágrafo único da lei nº 1.060/50 e artigos 98º e 99º do CPC;
- B) a citação do Demandado no endereço fornecido acima, para, querendo, conteste a presente ação, sob pena de serem reputados como verdadeiros os fatos ora alegados, consoante determinação do art. 344 do Código de Processo Civil/2015;
- C) Seja julgado procedente o pedido, condenando a Requerida a pagar ao Requerente a importância de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), com a devida correção monetária e acrescida de juros legais, quantia esta relativa a indenização por DPVAT pelo acidente em que o autor foi vítima e que ocasionou-lhe lesões parciais e permanentes.**
- D) A condenação da Requerida ao pagamento do Seguro DPVAT a parte Autora, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) conforme previsto pela Lei nº 6.194/73.**
- E) Correção monetária a partir da data do evento danoso, conforme fundamentação supra;**
- F) A condenação da Ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no valor de 20%;**

Protesta por todos os meios de prova em direito admitidos, na amplitude dos artigos 369 e seguintes do NCPC, em especial a documental, com a juntada dos boletim e relatório médico, comprovando as lesões, e a pericial, para comprovar as lesões que a autora sofreu, bem como a gravidade da mesma, tudo desde logo requerido.

Por fim, a Autora assevera que NÃO possui interesse na realização da audiência de conciliação, vez que o Requerido não realiza composição em tais lides.

Atribui-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais).

Termos em que,



D'ALENCAR
ADVOCACIA

Pede deferimento.

Aracaju/SE, 02 de fevereiro de 2019.

Marcus Vinicius D' Alencar Mendonça

OAB/SE 3711



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração,

Luciene da Conceição Santos, brasileira, divorciada, lavadeira
RG. 13355570 SSP/SE e CPF. 013543005-48, residente na
rua: pista do Luis Freire nº 997, Bairro do Aguiarinho Lagarto/SE.

, nomeia e constitui seu bastante procurador o Bacharel: **MARCUS VINICIUS D' ALENCAR MENDONÇA**, brasileiro, casado, OAB/SE 3711, CPF 986.257.805-04, com endereço profissional na Av. Edézio Vieira de Melo, nº 468, Bairro Suissa, Aracaju/SE, CEP 49050-240, fone (79) 3021-3292, com poderes inerentes à cláusula **AD JUDITIA** e **EXTRA JUDITIA** para, *in solidum* ou conjuntamente, promoverem a defesa dos seus direitos e interesses, podendo para tanto propor ações, contestar, variar, interpor recursos, acompanhar em qualquer grau de jurisdição, além dos especiais poderes para renunciar créditos, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, acordar, dar e receber quitação, receber alvará judicial e dinheiro, prestação das primeiras declarações, receber citação e intimação, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, nos termos do art. 105 do NCPC, e tudo mais para o fiel cumprimento deste mandato, podendo inclusive substabelecer, com ou sem reserva de poderes, pelo que dará tudo por bom, firme e valioso.

Aracaju/SE, 30 de janeiro de 2019.

Luciene da Conceição Santos



SEDE: Rua Campo do Brito, 331, 13 de Julho, Aracaju-SE, 49020-360
CNPJ: 13.015.171/0001-60 - INSC. EST. 27.051.036-2

FATURA MENSAL

Matrícula
362567.2

*** ANEXO AVISO DE CORTE ***

Nome do Cliente JAILSON FERREIRA DOS SANTOS		CPF ***.***.***-**	
Endereço RUA PISTA DO LUIZ FREIRE, 997, POV ACUZINHO, 49400-000			
Grupo/Setor/Plano/Linha	Data da Leitura	Medição	Classificação / Economia
417020/00230	18/07/2017	A98N451461	RES: 1
Leit. Anterior 1030 Leit. Atual 1030 Consumo Faturado (m3) 10 Média de consumo (m3) 8 Ocorrência da Leitura 30/00 Hid. Parado Data da Leit. Anterior 18/06/17 Dias de Consumo 32 Média diária (m3) 0,25 Previsão para Próx. Leit. 17/08/17 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			

Serviços	Valor
AGUA	33,00
ESGOTO	0,00
470 RELIG DISCO CIP	40,01
	0302

Mês Referência: 07/2017 VENCIMENTO: 24/07/2017 TOTAL A PAGAR R\$ 73,01

MANTENHA SEU CADASTRO EM DIA.

A falta de pagamento dessa fatura 30 (trinta) dias após seu vencimento implicará na interrupção do fornecimento de serviços - art. 91, Decreto Lei nº 27.565/2010.

CANAL DE ATENDIMENTO: 0800 079 0195 - SAC: 4020-0195
AGÊNCIA VIRTUAL: www.deso-se.com.br/agenciavirtual

Qualidade da Água Distribuída (Decreto Federal nº 5.440/2005 - Art. 5º inciso I)

Parâmetro	Turbidez	Cor	Cloro	Fluor	Coliformes Totais	Escherichia Coli
Nº Mínimo de Amostras Exigidas	70	16	70		70	
Nº de Amostras Analisadas	96	96	96	96		96
Nº Mínimo de Amostras em Conformidade com Portaria 2.914/2011	70	74	88		89	96

(Significado dos Parâmetros de Qualidade - Ver Verso)

Favor Assinurar no Verso



DESO
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE

COMPROVANTE DA DESO

Matrícula	362567.2	Vencimento	24/07/2017
Mês Referência	07/2017	TOTAL A PAGAR R\$	73,01

826300000005 730100418203 362567207208 171362567215



Rio de Janeiro, 19 de Janeiro de 2018

Aos Cuidados de: LUCIENE DA CONCEICAO SANTOS

Nº Sinistro 3170575412

Vítima: LUCIENE DA CONCEICAO SANTOS

Data do Acidente: 04/04/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: LEONARDO DOS SANTOS FERREIRA

Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEQUELA NÃO INDENIZÁVEL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização cadastrado sob o número de sinistro 3170575412, esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes cobertas pelo Seguro DPVAT em razão do acidente ocorrido em 04/04/2017. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi negado.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800 022 12 04. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00303/00304 - carta_05 - INVALIDEZ



Carta nº 1265061



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - SE Nº 013267610884
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 00209201525 RNTTC 000000000000 EXERCÍCIO 2017

4 JAILSON FERREIRA DOS SANTOS
4 *****
6 *****
8 *****

7 013.543.005-48 PLACA IAL9582

9 PLACA ANTIFURTO 9C2KD0520AR036025

PAS/MOTOCICLETA ALCO/GASOL

MARCA/MODELO HONDA/NXR150 BROS MIX ES ANO FAB 2010 ANO MOD 2010

2P/14CV/149CC CATEGORIA PARTIC COR PREDOMINANTE PRETA

1 PAGO COTA ÚNICA VENC. COTA ÚNICA VENC. COTAS
P V *****
A *****

PREMIO TARIFARIO (R\$) 81,29 DENATRAM (R\$) 9,03 CUSTO DO SEGURO 90,32

CUSTO DO BILHETE (R\$) 7,13 IOP (R\$) 0,70 TOTAL SP (R\$) 185,50

PREMIO TOTAL (R\$) 185,50 DATA DE PAGAMENTO 29/03/2017

OBSERVAÇÕES SEM RESTRICOES

LAGARTO-SE LOCAI Luiz de Azevedo Costa Neto 29/03/2017

INSPETOR

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOA TRANSPORTADA OU NAO - SEGURO DPVAT

SE Nº 013267610884 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO 2017 DATA EMISSÃO 29/03/2017

VIA 013.543.005-48 PLACA IAL9582

209201525 HONDA/NXR150 BROS MIX ES

2010 9C2KD0520AR036025

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$) 81,29 DENATRAM (R\$) 9,03 CUSTO DO SEGURO 90,32

CUSTO DO BILHETE (R\$) 7,13 IOP (R\$) 0,70 TOTAL SP (R\$) 185,50

PAGAMENTO COTA ÚNICA PARCELADO DATA DE CUSTACÃO 29/03/2017

SEGURADORA LÍDER - DPVAT
CNPJ 09.248.608/0001-04

Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, JAILSON FERREIRA DOS SANTOS,
RG nº 1.466.475, data de expedição 09/05/2016
Órgão SSP-SE, portador do CPF nº 013.543.005-48, com
domicílio na cidade de LAGARTO, no Estado de
SERGIPE, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)
PISTA DO LUIZ FREIRE, nº 997,
complemento _____, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a
vítima LUCIENE DA CONCEIÇÃO SANTOS cujo o condutor era
JAILSON FERREIRA DOS SANTOS.

Veículo: MOTOCICLETA
Modelo: HONDA/NXR 150 BROS MIX ES
Ano: 2010
Placa: IAL 9582
Chassi: 9CJ2K00510AR036025
Data do Acidente: 04-04-2017
Local e Data: LAGARTO-SE, 10 DE AGOSTO DE 2017

1º OFÍCIO

Jailson Ferreira dos Santos
Assinatura do Declarante

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)

Reconheço por Autenticidade a firma de JAILSON
FERREIRA DOS SANTOS e do dia 10 de agosto de
2017. Em testemunho da verdade
ESCREVENTE: DEBORAH SANTANA SANTOS. Seio
Digital 201729516062109. Site
www.rjse.jus.br/x/CERUA6 INDIANA ARAUJO ALMEIDA
- AUXILIAR DE CARTÓRIO.



MS/DATASUS

HOSPITAL REGIONAL DE LAGARTO

No. DO BE: 392823

DATA: 04/04/2017 HORA: 10:00 USUARIO: ANA

CNS:

SETOR: 01 - CLASSIFICACAO DE RISCO

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : LUCIENE DA CONCEICAO SANTOS DOC....: 1335557
IDADE.....: 45 ANOS NASC: 27/05/1971 SEXO...: FEMININO
ENDERECO.....: POV LUIZ FREIRE NUMERO:
COMPLEMENTO....: CASA BAIRRO:
MUNICIPIO.....: LAGARTO UF: SE CEP....: 49400-000
NOME PAI/MAE...: JOSE DA CONCEICAO /MARIA LAUDELINA DA CONCEICAO
RESPONSAVEL....: O PROPRIO TEL....: 998275235
PROCEDENCIA....: LAGARTO
ATENDIMENTO....: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)
CASO POLICIAL...: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO TRAUMA: NAO
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: [X] mmHg] PULSO: [] TEMP.: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS:

ferida de corte no braço, c/ trauma no
tórax e abd., c/ dor + edema

DIAGNOSTICO

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

DATA DA SAIDA: 04/04/17

ALTA: [X] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO

HORA DA SAIDA: 10:50

[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO [] DESISTENCIA

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS

[] FAMILIA [] IML [] ANAT. PATOL

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO



Dr. Adelino Carvalho Neto
CREMESE 161
ORTOPEDISTA - TRAUMATOLOGISTA

RELATÓRIO MÉDICO PERICIAL.

(SOLICITAÇÃO SEGURO D.P.V.A.T.)

Decorrente de acidente de transito em 04/04/2017

LUCIENE DA CONCEIÇÃO SANTOS devido a trauma de alta energia sofreu FRATURA DO TORNOZELO DIREITO, ARTICULAR, COM LUXAÇÃO TIBIO FIBULAR, CID10- S82.8 , desarranjo interno do tornozelo direito com lesão do tibial posterior CID10- S86.1

Tratada na clinica ortopédica e fisioterapica.

Houve agravamento das lesões durante o tratamento já concluído com prejuízo para a integridade física do paciente.

Das sequelas:- Rigidez do tornozelo direito, falseios frequentes do tornozelo por cicatrização fibrosa dos ligamentos e capsula, sinovite crônica residual com derrames periódicos, artrose grave postraumatica progressiva edema crônico residual. Marcha dificultada e estação bipede prolongada.

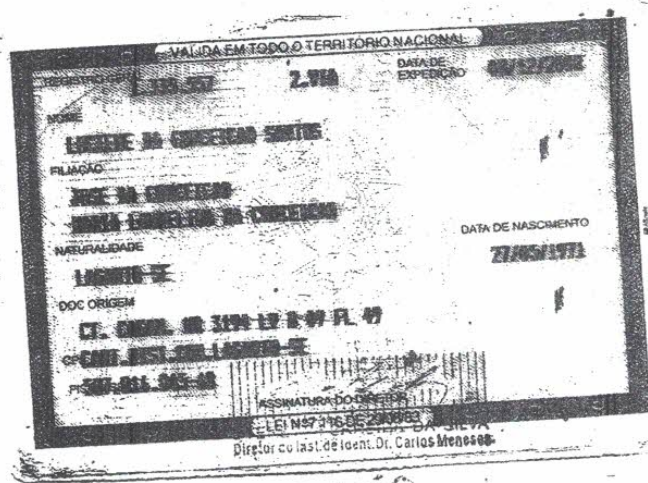
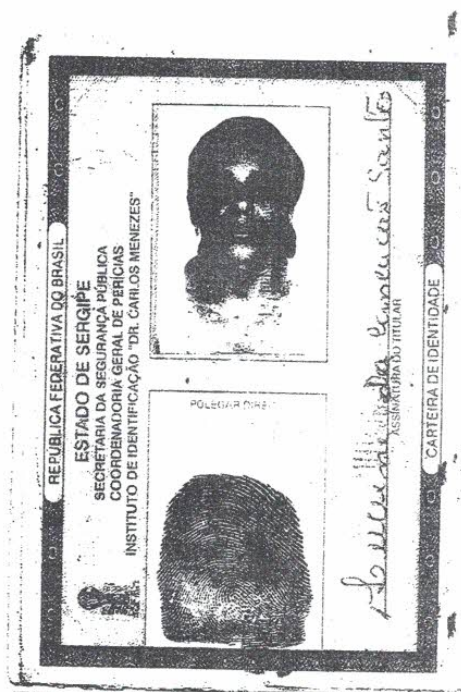
Atrofia muscular do membro inferior esquerdo com perda de força

As lesões residuais limitantes decorrente do acidente são definitivas.

Aracaju, 29 de agosto de 2017

Adelino Carvalho Neto - Medico perito

Adelino Carvalho Neto
Adelino Carvalho Neto
Ortopedista
CREMESE 161



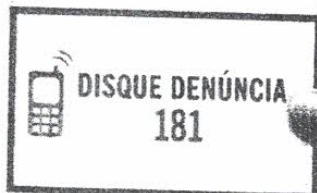
101810
3170575412

SUA VOZ PODE
CALAR O CRIME

SUA IDENTIDADE PRESERVADA. SUA SEGURANÇA GARANTIDA.



SECRETARIA DE ESTADO
DA JUSTIÇA PÚBLICA



SINISTRO
3170575412

LAGARTO - SE
27/08/2017

DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE LAGARTO

RUA DO LIMOEIRO, CENTRO FONE: (79) 3631-7823

RPO - Registro Policial de Ocorrência 2017/06558.0-002817

LEGACIA RESPONSÁVEL

Nome: DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE LAGARTO

Endereço: RUA DO LIMOEIRO, CENTRO FONE: (79) 3631-7823

O

Data e Hora do Fato: 04/04/2017 - 06:00 até 04/04/2017 - 06:30

Endereço: RODOVIA ANTONIO MARTINS DE MENEZES Número: Complemento: PRÓXIMO AO CAMPO DO POÇÃO CEP: 49400-000

Bairro: POVOADO COLONIA TREZE Cidade: LAGARTO - SE Circunscrição: DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE LAGARTO

Tipo de local: VIA PUBLICA Meio Empregado: OUTRO

NOTIFICANTE

Nome: JAILSON FERREIRA DOS SANTOS

Nome do pai: PEDRO PRIMO DOS SANTOS Nome da mãe: JOSEFA FERREIRA DOS SANTOS

Pessoa: Física CPF/CGC: 013.543.005-48 RG: 14664755 UF: SE Órgão expedidor: SSP-SE

Naturalidade: Data de nascimento: 08/03/1979 Sexo: Masculino Cor da cutis: Parda

Profissão: LAVRADOR Estado civil: Solteiro Grau de instrução:

Endereço: RUA PISTA DO LUIS FREIRE Número: 997 Complemento:

CEP: 49.400-000 Bairro: POV. AÇUZINHO Cidade: LAGARTO UF: SE

Proximidades: Telefone: 079/9-9827-5235

IMPA

Nome: LUCIENE DA CONCEIÇÃO SANTOS

Nome do pai: JOSÉ DA CONCEIÇÃO Nome da mãe: MARIA LAUDELINA DA CONCEIÇÃO

Pessoa: Física CPF/CGC: 587.816.845-68 RG: 13355570 UF: SE Órgão expedidor: SSP-SE

Naturalidade: LAGARTO Data de nascimento: 27/05/1971 Sexo: Feminino Cor da cutis: Parda

Profissão: LAVRADORA Estado civil: Divorciado Grau de instrução: Não informado

Endereço: RUA PISTA DO LUIS FREIRE Número: 997 Complemento:

CEP: 49.400-000 Bairro: POV. AÇUZINHO Cidade: LAGARTO UF: SE

Proximidades: Telefone: 079/9-9632-7209

RELATÓRIO

Relato: o notificante que estava conduzindo uma motocicleta (honda/ nrx150 bros mix es, cor preta, placa policial IAL-9582 * LAGARTO/SE, CHASSI 2KD0520AR036025, licenciada em nome de JAILSON FERREIRA DOS SANTOS - CPF: 013.543.005-48) por uma estrada vicinal denominada PISTA DO FOGES e no momento em que acessou a RODOVIA ANTONIO MARTINS DE MENEZES, colidiu na traseira de um veículo (de marca/modelo e cor não informados); Que, a sra. LUCIENE DA CONCEIÇÃO SANTOS (RG: 1.335.557 SSPSE - CPF: 587.816.845-68) estava na garupa e com o impacto da colisão, foi arremessada a pista de asfalto; Que, a LUCIENE DA CONCEIÇÃO SANTOS ficou lesionada e foi conduzida pelo próprio declarante para o HOSPITAL REGIONAL DE LAGARTO, local onde foi atendida e diagnosticada com FRATURA EM TORNOZELO DIREITO, conforme BOLETIM DE EMERGÊNCIA (B.E.: 392823); QUE, a sra. LUCIENE passou por procedimento cirúrgico posteriormente.

Data e hora da comunicação: 10/08/2017 às 11:08

Última Alteração: 10/08/2017 às 11:11

As informações noticiadas pelo declarante/vítima são de sua inteira responsabilidade, cabendo, inclusive, a responsabilização penal daquele que faltar com a verdade no preenchimento das informações, nos termos do artigo 340 do Código Penal Brasileiro: Art. 340 - Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a falsidade das informações, de contravenção que sabe não se ter verificado: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

Jailson Ferreira dos Santos
JAILSON FERREIRA DOS SANTOS
Responsável pela comunicação

Luciene Santos Silva
Responsável pelo preenchimento



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201954000273

DATA:

12/02/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201954000273

DATA:

06/03/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

DESPACHO Observa-se que a parte autora postulou os benefícios da gratuidade de justiça, no entanto não comprovou sua condição de hipossuficiência econômica. Assim sendo, intime-se a parte autora por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias comprovar a hipossuficiência financeira, através de comprovante de renda, carteira de trabalho, contracheque e outros documentos que o interessado entender cabível ou pagar as devidas custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do art. 319, VII, do Código de Processo Civil. Transcorrido o prazo, certifique-se e volvam-me conclusos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
1ª Vara Cível de Lagarto**

Nº Processo 201954000273 - Número Único: 0000999-93.2019.8.25.0040

Autor: LUCIENE DA CONCEIÇÃO SANTOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

DESPACHO

Observa-se que a parte autora postulou os benefícios da gratuidade de justiça, no entanto não comprovou sua condição de hipossuficiência econômica.

Assim sendo, intime-se a parte autora por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias comprovar a hipossuficiência financeira, através de comprovante de renda, carteira de trabalho, contracheque e outros documentos que o interessado entender cabível ou pagar as devidas custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do art. 319, VII, do Código de Processo Civil.

Transcorrido o prazo, certifique-se e volvam-me conclusos.



Documento assinado eletronicamente por **CAROLINA VALADARES BITENCOURT, Juiz(a) de 1ª Vara Cível de Lagarto**, em 06/03/2019, às 11:19:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019000524601-49**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201954000273

DATA:

13/03/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: MARCUS VINÍCIUS DALENCAR MENDONÇA - 3711}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª VARA
CÍVEL COMARCA DE LAGARTO/SE.**

PROCESSO Nº: 201954000273

1

LUCIENE DA CONCEIÇÃO SANTOS, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, por advogado credenciado, constituído, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, informar e requerer o que se segue:

A Requerente não possui condições de pagar as custas processuais, sem prejuízo de seu sustento, vez que, conforme qualificação da inicial, a mesma é lavradora e reside em Povoado desta urbe.

Ou seja, a Autora não possui qualquer renda fixa muito menos documentos capazes de prova sua condição de hipossuficiência econômica, sendo isento de declaração de imposto de renda.

Prova disto é que, o único documento que a mesma possui que indica a sua profissão é a certidão da Justiça Eleitoral. A Autora não possui contracheque, nem nunca fez CTPS.

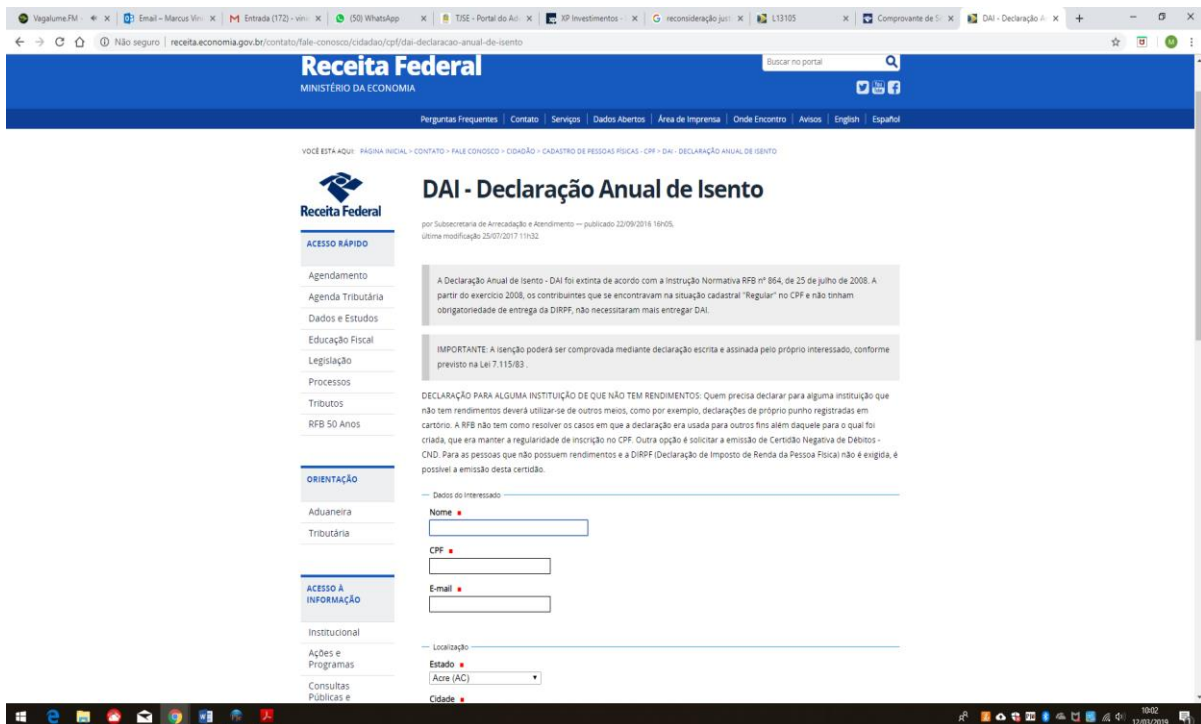
Em que pese o seu esforço para comprovar a sua situação de pobreza, a Autora apenas pode fazê-lo, documentalmente, com a certidão da Justiça Eleitoral, VEZ QUE NÃO POSSUI QUALQUER OUTRO DOCUMENTO QUE SIRVA PARA COMPROVAÇÃO DE SEU ESTADO DE POBREZA.

Excelência, a Demandante sobrevive dos poucos recursos que, eventualmente, aufera na condição de lavradora, vez que a produção do campo é destinada, praticamente, a sua subsistência.

E ainda, a Autora não declarou imposto de renda por ter renda mensal inferior ao limite estabelecido pela Receita Federal, sendo, portanto, isenta da declaração.

Quanto à declaração anual de isento, com base nas informações fornecidas pela Receita Federal, com a edição da Instrução Normativa RFB nº 864/2008, de 25 de julho de 2008, deixou de existir a Declaração Anual de Isento, a partir de 2008. Conforme pode-se verificar no anexo (print da tela da página da Receita Federal).

2



Receita Federal
MINISTÉRIO DA ECONOMIA

DAI - Declaração Anual de Isento

por Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento — publicado 22/09/2018 16h05, última modificação 25/07/2017 11h32

A Declaração Anual de Isento - DAI foi extinta de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 864, de 25 de julho de 2008. A partir do exercício 2008, os contribuintes que se encontravam na situação cadastral "Regular" no CPF e não tinham obrigatoriedade de entrega da DIRPF, não necessitaram mais entregar DAI.

IMPORTANTE: A isenção poderá ser comprovada mediante declaração escrita e assinada pelo próprio interessado, conforme previsto na Lei 7.115/83.

DECLARAÇÃO PARA ALGUMA INSTITUIÇÃO DE QUE NÃO TEM RENDIMENTOS: Quem precisa declarar para alguma instituição que não tem rendimentos deverá utilizar-se de outros meios, como por exemplo, declarações de próprio punho registradas em cartório. A RFB não tem como resolver os casos em que a declaração era usada para outros fins além daquele para o qual foi criada, que era manter a regularidade de inscrição no CPF. Outra opção é solicitar a emissão de Certificado Negativo de Débitos - CND. Para as pessoas que não possuem rendimentos e a DIRPF (Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física) não é exigida, é possível a emissão desta certidão.

Dados do interessado

Nome

CPF

E-mail

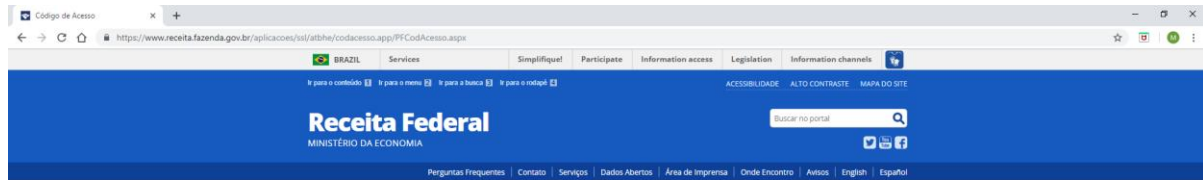
Localização

Estado

Acre (AC)

Cidade

Com base nas informações obtidas na Receita, o passo a passo para se constatar se o contribuinte declara ou não o imposto de renda pode ser verificado no site da Receita Federal no campo: Situação das Declarações IRPF de 2018/2017. No caso do Embargantes acima mencionados, a informação obtida é a seguinte:



Código de Acesso - Pessoa Física

Prezado Contribuinte,

Não foi possível gerar o código de acesso pelo seguinte motivo:
Você não apresentou declaração de imposto de renda (DIRPF) como titular em nenhum dos dois últimos exercícios.

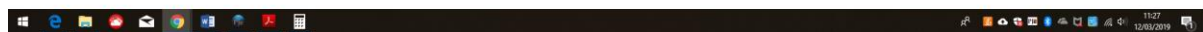
Para acessar o Portal e-CAC, utilize um certificado digital próprio ou nomeie um procurador que possua certificado digital.

A Receita Federal oferece outros serviços via internet, fora do Portal e-CAC, sem a utilização de certificado digital ou código de acesso. Alguns desses serviços requerem dados específicos ou outros códigos de acesso. Verifique se algum deles atende suas necessidades.

Se precisar se dirigir a uma Unidade de Atendimento, consulte o endereço, horário de atendimento e possibilidade de agendamento.

OK

[Voltar para o topo](#)



Segue em anexo também o Comprovante de Situação Cadastral do CPF dos Embargantes que comprova que a mesma está em situação Regular com a Receita Federal. Ou seja, não declara Imposto de Renda por não ter rendimentos para isso e está em situação regular.



O próprio site da Receita Federal coloca um link para verificação de regularidade do CPF abaixo da informação de que não existe mais declaração anual de isento, sendo portanto, essa declaração de regularidade em conjunto com a declaração de situação de declaração do IRPF formas de comprovação.

4

Frise-se que, para a concessão do benefício da gratuidade **basta a afirmação de pobreza ou de insuportabilidade financeira na exordial para a sua concessão**, cabendo **à parte oponente** produzir prova de inverdade da declaração, o que não ocorreu no presente processo.

“Processual civil. Recurso especial. Assistência judiciária gratuita. Estado de pobreza. Prova. Desnecessidade. – A concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita não se condiciona à prova do estado de pobreza do requerente, mas tão-somente à mera afirmação desse estado, sendo irrelevante o fato de o pedido haver sido formulado na petição inicial ou no curso do processo.” (REsp nº 469.594/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, DJU de 30.06.2003)

Desta forma, resta devidamente comprovada a insuficiência financeira de Autora, devendo ser deferido o benefício da Justiça Gratuita.

Nestes termos,
Espera deferimento.

Aracaju/SE, 12 de março de 2019.

Marcus Vinicius D' Alencar Mendonça

OAB/SE 3711



JUSTIÇA ELEITORAL
12ª ZONA ELEITORAL DE LAGARTO - SE
FÓRUM JUIZ OSÓRIO DE ARAÚJO RAMOS, ROJ. ANTÔNIO MARTINS DE MENEZES S/N Telefone 7306211630

CERTIDÃO

FÓRUM ELEITORAL
12ª ZONA
LAGARTO/SE

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral, constam para a eleitora LUCIENE DA CONCEICAO SANTOS, nascida em 27/05/1971, filha de MARIA LAUDELINA DA CONCEICAO e JOSE DA CONCEICAO, número de inscrição eleitoral 013492052151, vinculada ao município de LAGARTO/SERGIPE, os seguintes dados cadastrais (MERAMENTE DECLARADOS PELA REQUERENTE, SEM VALOR PROBATÓRIO):

Ocupação: TRABALHADOR RURAL

Endereço: RAMAL V 111 PX CAMPO FUT VELHO LUIZ FREIRE, POVOADO

CEP: 49400000 Telefone: 98645132

Em 13 de março de 2019.

LAIS CELESTINO DE JESUS
AUXILIAR DE CARTÓRIO



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **587.816.845-68**

Nome: **LUCIENE DA CONCIECAO SANTOS**

Data de Nascimento: **27/05/1971**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **11:29:39** do dia **12/03/2019** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **507A.4500.DFB6.F978**



Este documento não substitui o [“Comprovante de Inscrição no CPF”](#).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201954000273

DATA:

18/03/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201954000273

DATA:

04/04/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

DESPACHO I Defiro os benefícios da justiça gratuita em favor do requerente, nos termos do art. 98 e ss. do CPC; II Deixo de marcar audiência de conciliação, pois a parte manifestou desinteresse na autocomposição; III Cite-se a parte ré para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer defesa (art. 335 do NCPC), sob pena de revelia (art. 344 do CPC). IV Apresentada a contestação em que forem arguidos fatos impeditivos, modificativos e extintivos do direito autoral, forem alegadas quaisquer matérias enumeradas no art. 337 do CPC/15, bem como juntados documentos, intime-se a parte autora para no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se, requerendo o que entender cabível. Em caso de ausência de contestação, volvam os autos conclusos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
1ª Vara Cível de Lagarto**

Nº Processo 201954000273 - Número Único: 0000999-93.2019.8.25.0040

Autor: LUCIENE DA CONCEIÇÃO SANTOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

DESPACHO

I – Defiro os benefícios da justiça gratuita em favor do requerente, nos termos do art. 98 e ss. do CPC;

II – Deixo de marcar audiência de conciliação, pois a parte manifestou desinteresse na autocomposição;

III – Cite-se a parte ré para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer defesa (art. 335 do NCPC), sob pena de revelia (art. 344 do CPC).

IV – Apresentada a contestação em que forem arguidos fatos impeditivos, modificativos e extintivos do direito autoral, forem alegadas quaisquer matérias enumeradas no art. 337 do CPC/15, bem como juntados documentos, intime-se a parte autora para no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se, requerendo o que entender cabível. Em caso de ausência de contestação, volvam os autos conclusos.



Documento assinado eletronicamente por **CAROLINA VALADARES BITENCOURT**, Juiz(a) de 1ª Vara Cível de Lagarto, em 04/04/2019, às 11:45:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019000812283-68**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201954000273

DATA:

15/04/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Expedi carta de citação.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201954000273

DATA:

15/04/2019

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 201954001811 do tipo Intimação parte do processo teor do despacho [TM1869,MD1887]

{Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
1ª Vara Cível de Lagarto
Rod. Antônio Martins de Menezes, km 36, S/N
Bairro - Horta Cidade - Lagarto
Cep - 49400000 Telefone - (79)3632-1700

Normal



201954001811

PROCESSO: 201954000273 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000999-93.2019.8.25.0040
NATUREZA: Procedimento Comum
REQUERENTE: LUCIENE DA CONCEIÇÃO SANTOS
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CARTA DE INTIMAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **INTIMADO(A)**, para o cumprimento da finalidade abaixo descrita e/ou sobre o teor do despacho prolatado no processo acima mencionado, conforme cópia em anexo ou nos seguintes termos: **CARTA DE CITAÇÃO**

Cite-se a parte ré para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer defesa (art. 335 do NCPC), sob pena de revelia (art. 344 do CPC). IV Apresentada a contestação em que forem arguidos fatos impeditivos, modificativos e extintivos do direito autoral, forem alegadas quaisquer matérias enumeradas no art. 337 do CPC/15, bem como juntados documentos, intime-se a parte autora para no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se, requerendo o que entender cabível. Em caso de ausência de contestação, volvam os autos conclusos.

Atenciosamente,

Ilmº (a) Sr(a)

Nome : SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Residência : RUA DA ASSEMBLEIA, 23º ANDAR, 100
Bairro : CENTRO
Cep : 20011904
Cidade : RIO DE JANEIRO - RJ - RJ

[TM1869, MD1887]



Documento assinado eletronicamente por **Moacir Lopes Poconé Neto, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de 1ª Vara Cível de Lagarto**, em 15/04/2019, às 12:37:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019000912907-42**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201954000273

DATA:

21/05/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Aviso de Recebimento de AR Digital nº 201954001811, conforme arquivo em anexo. Objetivo: Atingido

{Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Digital

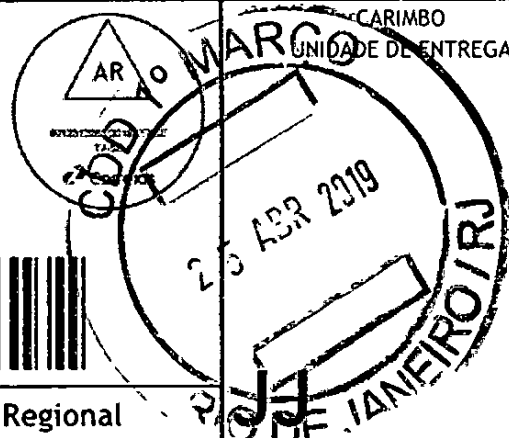


DESTINATÁRIO

SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
RUA DA ASSEMBLEIA nº 100, 23º ANDAR. CENTRO.

20011904 - RIO DE JANEIRO - RJ

AR998287733SG



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR - Centralizador Regional

ARAÇÃO DE CONTEÚDO (OU INFORMAÇÕES DE INTERESSE DO CLIENTE - OPCIONAL)

ente ao processo de nro. 201954000273 e mandado nro. 201954001811

TENTATIVAS DE ENTREGA

/ / :
/ / :
/ / :

ATENÇÃO:

SEGURADO LÍDER

devolver o

objeto

Z J ABILIS

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 5 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não existe o número | <input type="checkbox"/> 7 Ausente |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Falecido |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros: | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO

CARTEIRO

MAURICIO
8.310.865-3
CDD 10 MARÇO

SINATURA DO RECEBEDOR

BIANCA DE SOUZA CRUZ VIEIRA

RG: 20.993.865-7

DATA DE ENTREGA

Nº DOC. DE IDENTIDADE